

## ANEXO 2

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA

#### Disciplina 1 – Estrutura dos Sistemas de Seguros Gerais, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Saúde Suplementar

##### 1.1 Estrutura dos Sistemas de Seguros Gerais, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

###### 1.1.1 Entidades

- CNSP: definição, principais atribuições
- SUSEP: definição, principais atribuições
- Seguradoras: definição, principais atividades
- Resseguradoras: definição, categorias, principais atividades
- EAPC: definição, principais atividades
- Corretor de Seguros: definição, principais atividades
- Corretor de Resseguros: definição, principais atividades
- PREVIC

###### 1.1.2 Seguros Gerais

- Seguros Obrigatórios
- Seguros Facultativos

###### 1.1.3 Previdência Complementar Aberta

- Conceito
- Previdência Social x Previdência Privada (Complementar Aberta e Fechada)

###### 1.1.4 Capitalização

- Conceito

##### 1.2 Estrutura do Sistema Nacional de Saúde

###### 1.2.1 Entidades

- CONSU: definição, principais atribuições
- ANS: definição, principais atribuições
- Câmara de Saúde Suplementar
- Operadoras: modalidades (medicina de grupo, odontologia de grupo, seguradora de saúde, cooperativa médica, cooperativa odontológica, autogestões, entidade filantrópica e administradora de benefícios)
- SUS: definição, principais atribuições

###### 1.2.2 Plano Privado de Assistência à Saúde

- Principais características
- Rol de procedimentos
- Aspectos Jurídicos
- Demais legislações pertinentes

##### 1.3 Estrutura Societária das Empresas

- Separação de Funções
- Objeto Social
- Conselho de Administração e Conselheiros
- Direção Executiva e Diretores

#### 1.4 Compliance e Governança Corporativa

- Histórico e Contextualização
- Função de Compliance no mercado segurador
- Boas práticas
- Auditoria Interna
- Desafios e perspectivas
- IBGC

#### 1.5 Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI)

#### Bibliografia

Circular SUSEP 249/2004 – Consolidado - alterada pela circular SUSEP 363/2008.

Circular SUSEP 363/2008.

Circular SUSEP 535/2016.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Artigos 196 a 200.

Decreto 3.327/2000.

Decreto 60.459/1967.

Decreto 61.589/1967.

Decreto 61.867/1967.

Decreto-Lei 73/1966, art. 20.

Decreto-Lei 261/1967.

Função de Compliance no Mercado Segurador Brasileiro – Guia CNseg, 2013. Disponível em:

<http://www.cnseg.org.br/cnseg/publicacoes>.

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Saúde Suplementar. 14. ed. Assessoria técnica de Jorge Carlos Mouris Lopes. Rio de Janeiro: ENS, 2017.

Lei 9.656/1998.

Lei 9.961/2000.

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Previdência complementar/Supervisão e coordenação metodológica da Diretoria de Ensino Técnico; assessoria técnica de Daniel Medeiros Schaefer – 14. ed. – Rio de Janeiro: ENS, 2017.

OLIVEIRA, Assizio. Controle Interno e Gestão de Riscos no Mercado Segurador Brasileiro – conceitos, regulamentos, práticas e auditoria. Rio de Janeiro: Funenseg, 2014.

Regimento Interno da ANS – RN 197/2009.

Alteração de texto – RN 331 - Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS

Resolução **CNSP 168/2007** com alterações introduzidas pelas Resoluções CNSP 189/08; 194/08; 203/09; 206/09; 224/10; 225/10; 232/11; 245/11; 322/15; 324/15; 325/15; 330/15.

UNEP FINANCE INITIATIVE. PSI: Princípios para sustentabilidade em seguros. Tradução de Sandra Mathias Maia. Revisão do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade da CNseg. Rio de Janeiro: CNseg/UNEP FI, 2012.

Disponível em: [http://sustentabilidade.cnseg.org.br/wp-content/uploads/2014/07/PSI\\_portugues.pdf](http://sustentabilidade.cnseg.org.br/wp-content/uploads/2014/07/PSI_portugues.pdf)

Documento lançado na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012, abordando os princípios em sustentabilidade em seguros pela Iniciativa Financeira do Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas.

## Disciplina 2 – Aspectos Legais e Regulamentares

### 2.1. Código Civil Brasileiro

#### 2.1.1 Contrato de Seguro – Disposições Gerais

- Conceito de contrato de seguro
- Proposta e contrato de seguro
- Instrumento do contrato de seguro (apólice e bilhete de seguro)
- Objeto do contrato de seguro e o interesse legítimo do segurado
- Partes do contrato de seguro e seus representantes
- Natureza jurídica do contrato de seguro
- Elementos do contrato de seguro
- Prêmio - Conceito
- Risco - Conceito
- Princípio da delimitação e predeterminação do risco
- Princípio da anterioridade do risco
- Agravamento e diminuição do risco
- Princípio da máxima boa-fé
- Mutualidade
- Prova e formação do contrato de seguro
- Hipóteses de perda da garantia e de perda da indenização
- Mora do segurado e do segurador
- Importância das declarações no contrato de seguro
- Sinistro, sua comunicação, regulação e liquidação

#### 2.1.2 Prescrição e decadência

- Prazos de interesse ao contrato de seguro
- Início de fluência do prazo
- Não fluência dos prazos
- Causas interruptivas

#### 2.1.3 Inadimplemento das obrigações

- Disposições gerais
- Mora
- Perdas e danos
- Juros legais

#### 2.1.4 Seguros de dano

- Conceito
- Princípio indenizatório
- Limite máximo de garantia na conclusão do contrato
- Prejuízos ou estragos para evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa
- Despesas de salvamento consequente ao sinistro
- Limite máximo da indenização e da garantia no momento do sinistro
- Concorrência de apólices
- Cláusula de rateio
- Vício intrínseco da coisa segurada
- Transferência do contrato e do bem segurado
- Seguro de Responsabilidade Civil: facultativo e obrigatório
- Ação direta do terceiro no Seguro de Responsabilidade Civil

### **2.1.5 Seguros de pessoa**

- Conceito
- Vida e acidentes pessoais
- Estipulação do capital segurado
- Estipulante
- Indicação de beneficiário
- Cláusula beneficiária em branco
- Individual ou coletivo
- A prazo limitado ou vitalício
- Sobre a vida de outrem
- Não é herança
- Nulidade de transação para redução do capital segurado
- Suicídio
- Riscos que não podem ser excluídos

### **2.2 Código de Defesa do Consumidor**

- Aplicabilidade ao contrato de seguro
- Regras aplicáveis ao seguro
- Direitos básicos do consumidor
- Oferta e publicidade
- Práticas abusivas
- Venda casada
- Cláusulas abusivas
- Direito de arrependimento
- Dano moral
- Responsabilidade pelo fato do serviço e do produto
- Responsabilidade por vício do serviço e do produto
- Decadência e prescrição
- Bancos de dados e Cadastros de Consumidores
- Contrato por adesão
- Validade das cláusulas restritivas ao direito do consumidor

### **2.3 Tipos de Seguros**

#### **2.3.1 Principais Carteiras de Seguros**

- Automóveis
- Transportes
- Patrimoniais
- Vida em Grupo e Individual

#### **2.3.2 Previdência Complementar Aberta**

- Planos Adicionais
- PGBL
- Comparativo PGBL e VGBL

#### **2.3.3 Capitalização**

- Formas de Pagamento
- Tipos de Títulos

#### **2.3.4 Saúde Suplementar**

##### **2.3.4.1 Plano e Seguro-Saúde**

- Conceito

##### **2.3.4.2 Tipos de Planos quanto à contratação**

- Individual/Familiar
- Coletivo – empresarial ou por adesão

#### **2.3.4.3 Tipos de Planos quanto à cobertura assistencial**

- Referência
- Ambulatorial
- Hospitalar
- Hospitalar com obstetrícia
- Odontológico

#### **2.3.4.4 Atendimento**

- Carência – prazos máximos
- Franquia e Coparticipação
- Urgência e Emergência
- Doenças e lesões preexistentes – DLP/Cobertura Parcial Temporária/Agravo
- Coberturas mínimas
- Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde
- Portabilidade de carências
- Portabilidade, Portabilidade Especial e Migração
- Cancelamento

#### **2.3.4.5 Reajuste**

- Faixa etária
- Variação de custos

#### **2.3.4.6 Aposentados e Demitidos**

### **Bibliografia**

Código Civil, art. 189 a art. 211.

Código Civil, art. 757 a art. 802.

Código Civil, Capítulo XV.

Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90.

Decreto-Lei 261/1967.

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Saúde Suplementar. 14. ed. Assessoria técnica de Jorge Carlos Mouris Lopes. Rio de Janeiro: ENS, 2017.

FUNENSEG. Dicionário de seguros: vocabulário conceituado de seguros / Antonio Lober Ferreira de Souza et al. 3.ed. Rio de Janeiro: Funenseg, 2011.

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Tipos de Seguros: principais carteiras de seguros, previdência complementar aberta e capitalização. Rio de Janeiro: ENS, 2017.

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Seguros de Automóveis, RCF e APP/Supervisão e coordenação metodológica da Diretoria de Ensino Técnico; assessoria técnica de Manoel Fernando Corrêa Noleto e Vera Lucia Cataldo Leal. – 21. ed. – Rio de Janeiro: ENS, 2017. **Capítulos: 2, 3 e 5**

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Seguros de Transportes e de Responsabilidade Civil do Transportador/Supervisão e coordenação metodológica da Diretoria de Ensino Técnico/Assessoria técnica de Luiz André Ferreira Lima. – 14. ed. – Rio de Janeiro: ENS, 2017. **Capítulos: 1, 5 e 6**

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Seguros Compreensivos/Supervisão e coordenação metodológica da Diretoria de Ensino Técnico; assessoria técnica de Eduardo de Almeida Gama. – 8. ed. – Rio de Janeiro: ENS, 2017. **Capítulo: 3**

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Seguros de Riscos e Ramos Diversos/Supervisão e coordenação metodológica da Diretoria de Ensino Técnico; assessoria técnica de Eduardo de Almeida Gama. – 6. ed. – Rio de Janeiro: ENS, 2017. **Capítulo: 2**

Lei 4.594/1964.

Lei 9.656/1998.

Resoluções Normativas ANS 162/2007.

Resolução Normativa ANS 362/2014.

Resolução Normativa ANS 252/2011, 289/2012 e 296/2012.

Resolução Normativa ANS 195/2009.

Resolução Normativa ANS 279/2011.

Resolução Normativa ANS 407/2016.

Resolução Normativa ANS 389/2015

Resolução Normativa ANS 395 /2016

Resolução Normativa ANS 398 / 2016

Resolução Normativa ANS 412/2016

### **Disciplina 3 - Ética, Ouvidoria, Aspectos Contábeis e Financeiros, Controle Interno**

#### **3.1 Ética**

##### **3.1.1 Código de Ética do Mercado de Seguros, Previdência Complementar, Saúde Suplementar e Capitalização**

- Princípios Gerais
- Responsabilidade Institucional e Social
- Fraudes e Lavagem de Dinheiro
- Disciplina do Mercado
- Conselho de Ética e Regime Disciplinar
- Outras Disposições

#### **3.2 Ouvidoria**

##### **3.2.1 Embasamento Legal e Regulamentar**

- Regulamentação do CNSP e ANS

##### **3.2.2 Funcionamento**

- Relação com o Sistema de Controles Internos
- Operação
- Ouvidor
- Acesso do Consumidor
- Ouvidoria como Agente de Melhorias

#### **3.3 Aspectos Contábeis e Financeiros**

##### **3.3.1 Contabilidade**

- Conceitos
- Princípios Contábeis
- Patrimônio
- Ativos Garantidores
- Passivos (principais provisões: PPNG, PSL, IBNR, entre outros), Patrimônio Líquido
- Receitas (prêmio e financeiras) e despesas (sinistros, custos de aquisição e administrativa e tributária)

### 3.3.2 Transparência

- Relatório de administração
- Demonstrações financeiras
- Notas explicativas
- Pareceres dos Auditores Externos
- Publicação de balanço
- Indicadores de desempenho

### 3.4 Controle Interno

#### 3.4.1 Prevenção da Fraude

Origens, Razões e Referências.

- Legislação
- Práticas

#### 3.4.2 Prevenção da Lavagem de Dinheiro

- Legislação
- Práticas

#### 3.4.3 Monitoramento do Controle Interno, da Gestão de Riscos e da Conformidade

- Linhas de Defesa
- Compliance
- Gestão de Riscos
- Auditoria Interna
- Auditoria Externa
- Comitê de Auditoria
- Regulamento Brasileiro

### Bibliografia

Circular SUSEP 249/2004 - Consolidado - combinada com Circular SUSEP 363/2008.

Circular SUSEP 344/2007.

Circular SUSEP 445/2012.

Circular SUSEP 517/2015 – Consolidado, combinada com Circular SUSEP 521/2015, 543/2016 e 544/2016.

Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90.

Código de Ética do Mercado de Seguros, Previdência Complementar, Saúde Suplementar e Capitalização. CNseg, 2012. Disponível em: <http://www.cnseg.org.br/cnseg/publicacoes>.

Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013, combinada com Decreto 8.420/2015.

Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6.404/1976 – consolidado.

Lei de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro – Lei 9.613/1998, combinada com Lei 12.683/2012.

OLIVEIRA, Assizio. Controle Interno e Gestão de Riscos no Mercado Segurador Brasileiro – conceitos, regulamentos, práticas e auditoria. Rio de Janeiro: Funenseg, 2014.

OLIVEIRA, Assizio. O Sistema de Controles Internos no Mercado Segurador Brasileiro. Rio de Janeiro: ENS, 2016

Resolução CNSP 279/2013, combinada com a Resolução CNSP 337/2016.  
Resolução CNSP 321/2015 com alterações da Resolução CNSP 343/2016.  
Resolução Normativa ANS 117/2005, combinada com a Resolução Normativa ANS 244/2011.  
Resolução Normativa ANS 323/2013.

#### **Disciplina 4 – Canais de Distribuição de Seguros**

##### **4.1 - Aspectos da Comercialização de Seguros, Saúde, Previdência e Capitalização no Brasil**

##### **4.2 - Principais Canais de Distribuição no Mercado de Seguros, Saúde, Previdência e Capitalização no**

##### **Brasil**

###### ➤ Principais Atores

- Corretores de Seguros
- Corretores e Correspondentes de Microseguros
- Bancos (*Bancassurance ou Bankassurance*)
- Revendas de Veículos
- Assessorias de Seguros
- Estipulantes
- Administradores de Benefícios
- Concessionárias de Saúde e Odontológico
- Representantes de Seguros e Varejistas

##### **4.3 – Legislação Pertinente aos Canais e Distribuição e Comercialização de Seguros, Saúde, Previdência e Capitalização no Brasil**

- Legislação – Corretores de Seguros
- Legislação – Corretores e Correspondentes de Microseguros
- Legislação – Entidades Autorreguladoras
- Legislação – Representantes de Seguros e Assessorias de Seguros
- Legislação – Estipulante
- Legislação – Administradora de Benefícios
- Legislação – Distribuição de Títulos de Capitalização

##### **4.4 – Fluxo Comercial, Atendimento e Tendências para os Canais de Distribuição**

- Fluxo Comercial dos Canais de Distribuição
- Atendimento Comercial das Seguradoras e Operadoras aos Canais de Distribuição
- Tendências de Evolução dos Canais de Distribuição

#### **Bibliografia**

Circular SUSEP 376/2008 - Consolidado.  
Circular SUSEP 420/2011.  
Circular SUSEP 429/2012 - Consolidado.  
Circular SUSEP 440/2012 - Consolidado.  
Circular SUSEP 442/2012.  
Circular SUSEP 460/2012 - Consolidado.  
Circular SUSEP 479/2013.  
Circular SUSEP 480/2013.  
Circular SUSEP 490/2014.  
Circular SUSEP 497/2014.  
Circular SUSEP 506/2014.

Decreto 60.459/1967

Decreto nº 61.867/67

Decreto-Lei 73/1966.



Decreto-Lei 296/1967.

Lei Complementar 109/2001

Lei Complementar 126/2007

Lei 4.594/1964.

Lei 10.190/2001.

Lei 10.406/2002 (Código Civil, parte especial, título VI – várias espécies de contratos, capítulo XIII – Da Corretagem, artigos 722 a 729).

Resolução CNSP 107/2004.

Resolução CNSP 243/2011 - Consolidado.

Resolução CNSP 244/2011.

Resolução CNSP 294/2013

Resolução CNSP 297/2013 – Consolidado.

Resolução CNSP 308/2014.

Resolução CNSP 314/2014 – Alterou a Resolução 297/2013.

Resolução Normativa ANS 195/2009.

Resolução Normativa ANS 196/2009.

Resolução Normativa ANS 413/2016

FUNENSEG. Diretoria de Ensino Técnico. Canais de distribuição de seguros. Assessoria técnica de Sergio Ricardo de Magalhães Souza. Rio de Janeiro: Funenseg, 2016.

#### **Portais e Websites**

Portal SUSEP ([www.susep.org.br](http://www.susep.org.br))

Portal CNSEG ([www.cnseg.org.br](http://www.cnseg.org.br))

Portal FENSEG ([www.cnseg.org.br/fenseg/](http://www.cnseg.org.br/fenseg/))

Portal FENAPREVI ([www.cnseg.org.br/fenaprevi/](http://www.cnseg.org.br/fenaprevi/))

Portal FENASAÚDE ([www.cnseg.org.br/fenasaude/](http://www.cnseg.org.br/fenasaude/))

Portal FENACAP ([www.cnseg.org.br/fenacap/](http://www.cnseg.org.br/fenacap/))

Portal ANS ([www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br))

Portal FENACOR ([www.fenacor.com.br](http://www.fenacor.com.br))

## Disciplina 5 – Operações de Seguros

### 5.1 Seguros

#### 5.1.1 Definição de Seguros

- Risco
- Transferência
- Mutualismo

#### 5.1.2 Benefícios à Sociedade

- Pagamento de Perdas
- Redução das Incertezas
- Utilização Eficiente de Recursos
- Promoção de Controle de Riscos
- Satisfação de Requisitos Legais
- Fornecimento de Base para Crédito

#### 5.1.3 Utilização dos Prêmios Arrecadados

- Pagamento de sinistros
- Pagamento de despesas administrativas e de comercialização
- Investimentos

### 5.2 Subscrição de Riscos

#### 5.2.1 Objetivo da Subscrição de Riscos

- Minimização da Seleção Adversa
- Proteção da Capacidade da Seguradora

#### 5.2.2 Processo de Subscrição de Riscos

- Reunião de Informações Necessárias
- Decisão de Subscrição
- Implementação da Decisão de Subscrição
- Monitoramento da Decisão de Subscrição

#### 5.2.3 Determinação do Prêmio

- Taxas de Seguro
- Unidades de Exposição
- Cálculo do Prêmio
- Outros Fatores que Afetam a Determinação do Prêmio

#### 5.2.4 Elaboração de Taxas

- Sistemas de Taxação de Seguros
- Custos de Sinistros
- Taxação por Classes
- Taxação Individual
- Taxa Final e Determinação do Prêmio

#### 5.2.5 Medida dos Resultados da Subscrição de Riscos

- Ferramentas Financeiras (índice de sinistralidade, índice de despesas, índice combinado).
- Ferramentas Não Financeiras (mix de produtos, precificação, índice de retenção, índice de sucesso, atendimento ao cliente).

### 5.3 Sinistros

#### 5.3.1 Objetivos da área de sinistros

- Realização de promessas feitas no contrato de seguro
- Apoio da meta de rentabilidade da seguradora

### **5.3.2 Processo de gestão de sinistros**

- Aviso de Sinistro e seu Tratamento
- Cobertura da Apólice e Reserva de Sinistro
- Regulação do Sinistro
- Liquidação do Sinistro

### **5.3.3 Envolvidos no processo de sinistros**

- Estrutura Interna
- Regulador de sinistros
- Peritos
- Produtores

### **5.3.4 Medidas dos resultados de sinistros**

- Parâmetros financeiros
- Parâmetros não financeiros
- Auditoria de Sinistros

## **5.4 Pulverização de Riscos**

### **5.4.1 Cosseguro**

- Definição de cosseguro
- Diferenças do resseguro

### **5.4.2 Fundamentos do Resseguro**

- Definição de resseguro
- Tipos de resseguradores
- Funções do resseguro

### **5.4.3 Bases da operação de resseguro**

- Fluxo de resseguro
- Corretor de resseguro
- Vantagens e desvantagens da utilização do corretor de resseguro

### **5.4.4 Tipos de resseguro**

- Resseguro Facultativo
- Contrato automático

### **5.4.5 Planos de resseguro**

#### **5.4.5.1 Proporcional**

- Quota-parte
- Excedente de Responsabilidade

#### **5.4.5.2 Não Proporcional**

- Excesso de Danos
- Catástrofe

## **Bibliografia**

FLITNER, Arthur L. Introdução ao Seguro de Bens e Responsabilidades. Tradução de Gustavo Adolfo Araújo Caldas. Rio de Janeiro: Funenseg. 2015. **Capítulos 1, 3 e 4.**

Escola Nacional de Seguros. Diretoria de Ensino Técnico. Resseguro: princípios e aplicação. Assessoria técnica de Luiz Macoto Sakamoto. 5. ed. Rio de Janeiro: ENS, 2017. **Capítulos: 1, 2 e 3**

Subscrição de Riscos e Precificação de Seguros. Sérgio Ricardo de Magalhães Souza; revisão técnica de Roberto L. M. Castro. Rio de Janeiro: ENS, 2016.

Lei Complementar 126/2007 e alterações.

Resolução CNSP 068/2001.

Resolução CNSP 168/2007 - Consolidado.